

A mobilidade urbana sustentável e o planeamento das cidades



Carlos Matias Ramos

Cerca de metade da população mundial vive em cidades, prevendo-se que essa percentagem atinja, em 2050, os 60%. Estima-se, igualmente, que em 2015 cerca de 40% residirá nas designadas “megacidades”, ou seja, cidades com mais de um milhão de habitantes.

Perante este cenário, surge a necessidade de garantir um adequado planeamento das cidades, que incorpore soluções eficazes para um dos problemas mais prementes: diminuição do consumo de energia versus qualidade de vida dos seus habitantes.

No caso Europeu, de acordo com o Livro Verde “Por uma nova cultura de mobilidade urbana”, perdem-se anualmente 100 mil milhões de euros (ou seja, 1% do PIB), apenas devido ao congestionamento nas cidades e à poluição, sendo que a circulação do tráfego rodoviário é responsável por 40% das emissões de CO₂. Em Portugal, os setores dos transportes e da energia são responsáveis por um valor de cerca de 70% do total de emissões.

Políticas de planeamento do uso do solo que induziram, designadamente nas grandes cidades, a um crescimento desordenado dos subúrbios, à criação de cidades satélites e de cidades dormitório, deram origem à deterioração ambiental, a uma perda de qualidade de vida resultante do tempo consumido em deslocações e à afetação da coesão social.

Cinco municípios portugueses, de entre os quais Porto e Lisboa, registam uma mobilidade pendular (definida como o rácio entre a soma dos fluxos de entrada e saída da população empregada ou estudante e o total da população residente) superior a 100%.

Estas políticas, associadas a uma incapacidade do Estado na regulação do uso do solo, traduziram-se

em consequências particularmente desfavoráveis, face aos problemas de acesso a transportes públicos eficientes, criando uma situação de dependência do transporte individual, com as respetivas consequências em termos de custos sociais e ambientais e de impacto na mobilidade dentro das zonas urbanas.

As cidades que são objeto de uma mobilidade pendular intensa, baseada no transporte individual, têm agravado o problema da minimização das consequências do tráfego no seu interior e dos seus efeitos sobre a qualidade de vida das populações.

A mobilidade urbana ultrapassa a mera circulação de transportes, devendo envolver uma atitude ética que inclui aspetos relacionados com a saúde, segurança e bem-estar das populações, a redução dos consumos de energia e a preservação do ambiente, ou seja, induzindo formas de evolução da mobilidade dos seus habitantes para um formato de mobilidade sustentável.

Dentro deste conceito destacam-se os crescentes desenvolvimentos no conhecimento científico materializados na produção de viaturas com menores consumos e menos poluentes; na redução dos percursos, desenvolvendo planos de viagens otimizados e mais ecológicos; no fomento das deslocações em bicicleta; na mobilidade elétrica e no estabelecimento de Zonas de Emissões Reduzidas (ZER). Programas de redução do volume de tráfego nas cidades baseados na utilização conjunta de transportes públicos e bicicletas inserem-se igualmente neste objetivo.

A mobilidade sustentável conduz à criação de cidades mais atrativas para quem lá vive ou as visita, estimula a sua economia e potencia o investimento na reabilitação urbana e na sua preservação.

Bastonário da Ordem dos Engenheiros